



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 025/2025/PMX
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025/FMS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 114/2025/FMS**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 114/2025/FMS,
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE
XINGUARA, POR INTERMÉDIO DO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A
EMPRESA M C DOS SANTOS SALES
LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE XINGUARA**, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.194.088/0001-46, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Saúde a Sra. **JANAINA PEREIRA FERREIRA**, brasileira, casada, servidora pública portadora do RG nº 4.421.765, SSP GO, e inscrita no CPF sob nº 719.815.352-68, residente e domiciliada na Avenida ouro, QD M lote 06, setor nova Xinguara, Xinguara, Estado do Pará, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado a empresa, **M C DOS SANTOS SALES LTDA**, inscrita sob CNPJ nº 57.833.266/0001-32, estabelecida a Rua Borba Gato, nº 430, Centro, CEP: 68.555-051, Xinguara/PA, Telefone: (94) 99301-0184, e-mail: logicacontabilidade@hotmail.com, neste ato representada pela Sra. **MARIA CILENE DOS SANTOS SALES**, portador da Carteira de Identidade n.º 2644446 PC/PA, inscrito no CPF sob o n.º 460.811.432-87, residente e domiciliado no(a) Rua Borba Gato, 430, centro, Xinguara, PA, CEP 68555051, cidade de Xinguara/PA, doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de Licitação nº 025/2025/PMX e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento nº 002/2025/FMS, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE XINGUARA – PA.**

1.2. Objeto da contratação:

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO FOLICO (FOLIC)	SERV	25	40,33	1.008,25
2	ÁCIDO ÚRICO	SERV	12	19,16	229,92
3	ÁCIDO VALPROICO- DEPAKENE	SERV	5	57,06	285,30
4	ALBUMINA	SERV	20	25,83	516,60
5	ALFA-FETOPROTEÍNA	SERV	20	43,42	868,40
6	ALFA-HIDROXIPROGESTERONA 17-OHP	SERV	5	50,08	250,40
7	AMILASE	SERV	25	19,16	479,00
8	ANAT- NÓDULO MAMÁRIO	SERV	10	225,00	2.250,00
9	ANAT- OVÁRIO	SERV	10	199,00	1.990,00
10	ANAT-CISTO DE OVÁRIO	SERV	10	197,33	1.973,30
11	ANAT-COLO DO ÚTERO	SERV	10	197,33	1.973,30
12	ANAT-FRAG DE COLO DE ÚTERO	SERV	10	180,67	1.806,70
13	ANAT-FRAGMENTO DE TECIDO	SERV	37	180,67	6.684,79
14	ANAT-ÚTERO	SERV	10	200,67	2.006,70
15	ANAT-ÚTERO+COLO	SERV	10	323,33	3.233,30
16	ANTI- CCP (CITRULINA ANTICORPOS)	SERV	5	117,77	588,85
17	ANTI- CENTRÔMERO	SERV	5	45,05	225,25
18	ANTI- COAGULANTE LÚPICO	SERV	5	66,97	334,85
19	ANTI-DNA DE DUPLA HÉLICE	SERV	5	50,38	251,90
20	ANTI-HISTONA	SERV	5	82,95	414,75
21	ANTI-RO/SSA	SERV	5	44,30	221,50
22	ANTI-SCL 70	SERV	5	53,03	265,15
23	ANTI-SM	SERV	5	44,33	221,65
24	ANTI-SSA/LA	SERV	5	46,09	230,45
25	ANTI-TIREOGLOBULINA (ACAT)	SERV	12	51,90	622,80
26	ANTI-TPO- PEROXIDASE –ANTI MICROSSOMAL (TPO)	SERV	25	48,90	1.222,50
27	CA 125 II	SERV	25	52,42	1.310,50
28	CA 19-9	SERV	10	59,80	598,00
29	CÁLCIO- CA, CÁLCIO TOTAL, CALCEMIA	SERV	25	29,47	736,75
30	CÁLCIO IONIZADO- CA2+ CALCIO LIVRE	SERV	37	31,67	1.171,79
31	CARBAMAZEPINA	SERV	12	59,20	710,40
32	CEA- ANTIGENO CARCIOEMBRIÓNÁRIO	SERV	25	48,46	1.211,50
33	CELULAS LE	SERV	6	36,16	216,96
34	CHAGAS EIE- IGG	SERV	50	43,43	2.171,50
35	CHAGAS EIE-IGM	SERV	50	44,86	2.243,00
36	CITOLOGIA ONCÓTICA E MICROFLORA	SERV	750	28,67	21.502,50
37	CITOMEGALOVIRUS- IGM	SERV	25	36,33	908,25
38	CITOMEGALOVIRUS-IGG	SERV	25	33,33	833,25
39	COAGULOGRAMA COMPLETO (TAP E TTPA)	SERV	12	44,30	531,60
40	COLESTEROL HDL	SERV	50	17,49	874,50

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

41	COLESTEROL TOTAL	SERV	50	17,49	874,50
42	COLINESTERASE	SERV	12	32,47	389,64
43	COOMBS DIRETO	SERV	2	25,53	51,06
44	COOMBS INDIRETO	SERV	2	25,53	51,06
45	CORTISOL (CORTICURVA)	SERV	25	70,25	1.756,25
46	CORTISOL APÓS 1MG DEXAMETASONA	SERV	5	34,50	172,50
47	CORTISOL BASAL	SERV	5	39,67	198,35
48	CREATININA	SERV	50	17,76	888,00
49	CREATININA FOSFOQUINASE-CK-MB	SERV	50	39,07	1.953,50
50	CREATININA FOSFOQUINASE-CK-NAC	SERV	25	27,08	677,00
51	CREATININA QUINASE- CPK	SERV	25	27,08	677,00
52	CULTURA PARA FUNGOS	SERV	5	80,63	403,15
53	CURVA GLICÊMICA- TESTE ORAL DE TOLERÂNCIA A GLICOSE	SERV	12	43,15	517,80
54	D-DIMERO	SERV	62	96,67	5.993,54
55	DESIDROGENASE LÁTICA- LDH	SERV	25	29,50	737,50
56	DHEA	SERV	5	54,27	271,35
57	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	SERV	12	51,11	613,32
58	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS SÉRICAS	SERV	12	47,67	572,04
59	ESTRADIOL- E2	SERV	25	39,76	994,00
60	EAS – URINA I	SERV	25	14,67	366,75
61	FAN- FATOR ANTI NUCLEO	SERV	12	36,67	440,04
62	FAN- PADRÃO E PERFIL	SERV	12	204,01	2.448,12
63	FERRITINA	SERV	75	39,00	2.925,00
64	FERRO	SERV	62	30,97	1.920,14
65	FOSFATASE ÁCIDA PROSTATICA	SERV	12	29,36	352,32
66	FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	SERV	12	32,17	386,04
67	FOSFATASE ALCALINA	SERV	25	16,83	420,75
68	FSH (HORMÔNIO FOLICULO ESTIMULANTE)	SERV	50	34,67	1.733,50
69	FTA- ABS IGG	SERV	25	44,67	1.116,75
70	FTA- ABS IGM	SERV	25	44,67	1.116,75
71	G6PD- GLICOSE 6 FOSFATO DESIDROGENASE	SERV	2	51,17	102,34
72	GAMA GT-GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	SERV	37	16,83	622,71
73	GASOMETRIA ARTERIAL COM DOSAGEM DE ELETRÓLITOS E METABÓLICOS	SERV	50	172,50	8.625,00
74	GLICEMIA DE JEJUM	SERV	50	16,50	825,00
75	GLICEMIA PÓS- PRANDIAL	SERV	50	16,50	825,00
76	HEMOGLOBINA GLICADA	SERV	112	36,58	4.096,96
77	HEMOGRAMA	SERV	50	17,04	852,00
78	HEPATITE A- ANTI HVA- IGG	SERV	25	40,67	1.016,75

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

79	HEPATITE A- ANTI-HVA-IGM	SERV	25	42,93	1.073,25
80	HEPATITE B- ANTI HBC-IGG	SERV	25	44,00	1.100,00
81	HEPATITE B- ANTI HBC-IGM	SERV	25	43,80	1.095,00
82	HEPATITE B- ANTI HBS- IMUNIDADE (VACINAÇÃO)	SERV	25	48,23	1.205,75
83	HEPATITE B-ANTI HBE (AGUDA)	SERV	12	45,50	546,00
84	HEPATITE B-HBEAG	SERV	12	45,50	546,00
85	HEPATITE B-HBSAG	SERV	12	29,30	351,60
86	HEPATITE C- ANTI- HCV	SERV	12	37,50	450,00
87	HGH- HORMÔNIO DO CRESCIMENTO	SERV	5	43,08	215,40
88	HIV ½	SERV	25	32,25	806,25
89	HOMOCISTEINA	SERV	25	65,75	1.643,75
90	HORMÔNIO ADRENOCORTICOTRÓFICO- ACTH	SERV	2	42,67	85,34
91	HTLV ½- ANTICORPOS EIE	SERV	25	58,25	1.456,25
92	HTLV 2- VÍRUS T- LINFOTRÓFICO HUMANO 2	SERV	2	80,66	161,32
93	IMUNOGLOBULINA E- IGE TOTAL	SERV	12	39,00	468,00
94	IMUNOHISTOQUIMICA, DIAG. NEOPLASIASA	SERV	5	741,76	3.708,80
95	INSULINA	SERV	25	39,16	979,00
96	ÍNDICE DE HOMA - IR (HOMAIR)	SERV	7	67,67	473,69
97	LH (HORMÔNIO LUTEINIZANTE)	SERV	25	32,06	801,50
98	LIPASE	SERV	50	21,72	1.086,00
99	LIPIDOGRAMA	SERV	25	42,42	1.060,50
100	LITIO-LI	SERV	30	29,33	879,90
101	MAGNÉSIO-MG	SERV	25	24,67	616,75
102	MICROALBUMINURIA	SERV	5	32,57	162,85
103	MICROALBUMINURIA 24H	SERV	5	32,57	162,85
104	MONONUCLEOSE ANTICORPOS IGG - EPSTEINBAR (ANTI-VCA)	SERV	12	51,30	615,60
105	MONONUCLEOSE ANTICORPOS IGM- EPSTEINBAR (ANTI-VCA) - EBM	SERV	12	52,97	635,64
106	MUCOPROTEÍNAS	SERV	5	32,80	164,00
107	NT-PROBNP	SERV	37	161,67	5.981,79
108	PARATORMÔNIO- PTH	SERV	37	43,83	1.621,71
109	PCR- PROTEÍNA C REATIVA	SERV	25	19,00	475,00
110	PCR- ULTRASENSÍVEL	SERV	25	46,87	1.171,75
111	PESQUISA DE FUNGOS	SERV	12	30,63	367,56
112	PESQUISA DE SANGUE OCULTO	SERV	12	27,66	331,92
113	POTÁSSIO- K	SERV	50	21,86	1.093,00
114	PROGESTERONA	SERV	50	40,50	2.025,00
115	PROLACTINA	SERV	25	39,08	977,00

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

116	PROCALCITONINA (PCT) QUANTITATIVA	SERV	37	329,13	12.177,81
117	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	SERV	37	25,84	956,08
118	PROTEINURIA DE 24H	SERV	7	27,82	194,74
119	PROTEINURIA ISOLADA-PARCIAL	SERV	7	28,16	197,12
120	PSA TOTAL	SERV	62	27,31	1.693,22
121	PSA TOTAL/LIVRE – PSA 2	SERV	62	33,64	2.085,68
122	RETICULOCITOS (RETI)	SERV	2	30,84	61,68
123	RUBÉOLA-IGG	SERV	25	33,63	840,75
124	RUBÉOLA-IGM	SERV	25	35,84	896,00
125	SDHEA OU DHEA (DEHIDROEPIANDROSTERONA)	SERV	12	42,66	511,92
126	SÓDIO-NA	SERV	50	22,33	1.116,50
127	SOROLOGIA PARA COVID-19 (IGM/IGG)	SERV	12	90,00	1.080,00
128	SOMATOMEDINA C – IGF- 1 (SOMA)	SERV	7	83,33	583,31
129	T3 (TRIIODOTIRONINA) LIVRE	SERV	50	23,30	1.165,00
130	T4 LIVRE (TIROXINA NÃO LIGADA)	SERV	137	24,68	3.381,16
131	TESTOSTERONA LIVRE E BIODISPONIVEL CALCULADAS (TESTL)	SERV	25	61,97	1.549,25
132	TESTOTERONA TOTAL	SERV	37	41,14	1.522,18
133	TESTE PARA DETECÇÃO ANTÍGENO SARS-COV2 -COVID 19	SERV	112	105,00	11.760,00
134	TGO/AST-TRANSMINASE GLUTÂMICA OXALACÉTICA	SERV	37	16,80	621,60
135	TGP-ALT- TRANSAMINE GLUTÂMICA PIRÚVICA	SERV	37	16,80	621,60
136	TIPAGEM SANGUÍNEA	SERV	12	14,17	170,04
137	TOXOPLASMOSE- IGG	SERV	50	32,63	1.631,50
138	TOXOPLASMOSE-IGM	SERV	50	32,63	1.631,50
139	TP-TEMPO DE PROTROMBINA	SERV	25	21,30	532,50
140	TRANSFERRINA	SERV	12	38,33	459,96
141	TRIGLICERÍDEOS	SERV	50	17,13	856,50
142	TSH (HORMÔNIO TIREOTRÓPICO)	SERV	125	25,30	3.162,50
143	TTPA- TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	SERV	25	22,30	557,50
144	UREIA	SERV	50	16,80	840,00
145	UROCULTURA COM ANTIBIOGRAMA	SERV	50	53,67	2.683,50
146	VDRL	SERV	25	20,30	507,50
147	VHS	SERV	7	15,30	107,10
148	VITAMINA A	SERV	7	74,00	518,00
149	VITAMINA B1	SERV	7	159,00	1.113,00

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

150	VITAMINA B12	SERV	62	39,63	2.457,06
151	VITAMINA B6- TIAMINA	SERV	2	134,00	268,00
152	VITAMINA C	SERV	25	79,56	1.989,00
153	VITAMINA D 25 HIDROXI	SERV	137	58,33	7.991,21
154	VITAMINA E	SERV	7	123,38	863,66
155	VITAMINA K	SERV	7	478,00	3.346,00
156	ZINCO SÉRICO	SERV	20	51,62	1.032,40
157	TESTE PARA DETECÇÃO ANTÍGENO SARS-COV2 -COVID 19 E INFLUENZA A/B	SERV	112	106,67	11.947,04
158	TESTE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO RSV (VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO	SERV	112	108,33	12.132,96
VALOR TOTAL DOS ITENS R\$ 249.569,34 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).					R\$ 249.569,34

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência
- 1.3.2. A Proposta do contratado;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma **IMEDIATA** contados a partir da data de recebimento da ORDEM DE COMPRA, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

3.3. A aquisição dos serviços será de forma **PARCELADA**, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde;

3.4. A contratada deve cumprir as obrigações constantes, conforme:

- a) Efetuar a prestação dos serviços do objeto com qualidade;
- b) Responsabilizar-se pelos danos correntes do objeto;
- c) Entregar o objeto conforme a descrição;

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É vedada a subcontratação completa ou de parcela da obrigação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor global do contrato é de **R\$ 249.569,34 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**.

5.2. Todas as despesas relacionadas às viagens dos profissionais necessárias para a execução do objeto deste contrato, sejam dentro do município, em outras cidades no Estado do Pará ou em outros Estados, serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

6.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.5. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.6.1. O prazo de validade;
- 6.6.2. A data da emissão;
- 6.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.6.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 6.6.5. O valor a pagar; e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 6.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
- 6.9.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;
 - 6.9.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.10. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.14.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.15. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/02/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de IGP-M é o Índice Geral de Preços – Mercado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Para garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, fica designado o Sr. (a). **MARIA DA GLÓRIA BARBOSA**, RG nº 2315832 SSP/PA, CPF: 260.458.262-72, servidor(a) Público municipal, Portaria nº 230/25.
- 9.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 9.3. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.25. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA, e demais legislações fiscais municipais deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0012.2074 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0012.2088 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0012.2080 – MAN. DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0012.2049 – MAN. DA ASS. HOSPITALAR E AMBULATORIAL
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0012.2124 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Xinguara - PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Xinguara - PA, 02 de abril de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JANAINA PEREIRA FERREIRA
Secretária Municipal
CONTRATANTE

M C DOS SANTOS SALES LTDA
MARIA CILENE DOS SANTOS SALES - Representante legal
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PALÁCIO MUNICIPAL ALDERINA RIBEIRO BOTELHO CAMPELO
Praça Vitória Régia, s/nº, Centro, Xinguara – Pará. CEP. 68.555-010
Telefone nº 94-3426-2644